

CONTRATO DIPRE/85_.2016

CONTRATO QUE CELEBRAM A COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP E O AUTO POSTO DILA LTDA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS DA FROTA DA CODESP, INCLUÍDOS OS LOCADOS, QUE PRESTAM SERVIÇOS NAS ÁREAS DA CODESP, NO MUNICÍPIO DE GUARUJA/SP, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, TUDO EM CONFORMIDADE COM O EDITAL E O TERMO DE REFERÊNCIA.

Por este instrumento que entre si celebram, de um lado, a COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, a seguir denominada apenas "CODESP", inscrita no CNPJ/MF sob nº 44.837.524/0001-07, com sede nesta cidade, na Av. Conselheiro Rodrigues Alves s/nº (entrada pelo Portão nº 23), bairro Macuco, CEP: 11015-900, neste ato, representada por seu Diretor-Presidente, Sr. José Alex Botêlho de Oliva, e, de outro lado, o Auto Posto Dila Ltda., adiante designada simplesmente "CONTRATADA", inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.304.027/0001-25, com sede no Guarujá, na Av Santos Dumont, nº 365, CEP 11.460-001, representada, neste ato, por seu sócio, Sr. Dimas Nogueira Santana, fica justa e acordada, mediante as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA - OBJETO

Contratação de empresa para a prestação de serviços de fornecimento de combustíveis para abastecimento de veículos da frota da CODESP, incluídos os locados, que prestam serviços nas áreas da CODESP, no município de Guarujá/SP, pelo período de 12 (doze) meses, tudo em conformidade com o Edital e o Termo de Referência.

Parágrafo Único

Consideram-se integrantes do presente Contrato, como se nele estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais neste ato as partes declaram conhecer e aceitar:

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP - Avenida Conselheiro Rodrigues Alves s/nº - Bairro do Macuco - Santos - SP
CEP 11015-900 - Tel.: (13) 3202-6565

Site: <http://www.portodesantos.com.br> – Página 1 de 10
PREGÃO PRESENCIAL 03/2016 - Processo nº41654/15-42

- Edital do **Pregão Presencial nº 03/2016** e seus Apenso; e
- Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**, datada de 11/07/2016.

SEGUNDA – PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

TERCEIRA - VALOR

O valor global para a execução dos serviços, objeto deste Contrato, é de **R\$ 405.782,40 (quatrocentos e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos)**, preço esse resultante do somatório dos valores consignados na “Proposta Comercial” da Contratada, relativa ao Pregão Presencial supramencionado, a qual, rubricada pelas partes, passa a integrar o presente instrumento contratual, no qual já se acham incluídos todos os ônus fiscais e sociais que, direta ou indiretamente, decorrerem do cumprimento do presente Contrato, bem como todos os encargos previstos na Lei nº 8.666/93 e na peça editalícia e seus apensos.

QUARTA - PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contado da data de apresentação da fatura correspondente ao mês vencido, condicionado a conferência e aceitação pela fiscalização da CODESP em conformidade com o item 3 (Condições de Pagamento) das Informações Complementares do Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro

A CODESP deverá reter, quando for o caso, os encargos a que se refere o disposto no art. 31 da Lei Federal nº 8.212/1991, com a nova redação pela Lei Federal nº 9.711/1998.

Parágrafo segundo

As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/MF apresentado nos documentos

de Habilitação e da Proposta de Preços, parte integrante do contrato, objeto deste certame, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) lista de seus trabalhadores caso executaram os serviços contratados no mês em referência, nas dependências da CODESP;
- b) cópia autenticada das últimas guias de recolhimento, já exigíveis, do FGTS (quando for o caso), bem como das previdenciárias, com os nomes dos trabalhadores constantes na lista supra referida e
- c) comprovante de pagamento do salário/remuneração de seus trabalhadores constantes na lista supra referida.

Parágrafo Terceiro

Para o pagamento da última Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATADA, além de apresentar os documentos referidos no **Parágrafo Primeiro**, até o último mês de prestação do serviço, deverá apresentar a comprovação do pagamento das verbas rescisórias, se houver demissões em razão do término de contrato.

Parágrafo Quarto

A CONTRATADA obriga-se a manter as condições de habilitação apresentadas na licitação, durante a vigência do contrato.

QUINTA – REAJUSTE

Respeitada a periodicidade mínima de 1 (um) ano, contado a partir da data da assinatura do presente contrato, os preços contratuais poderão ser objeto de reajuste, até o limite da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - I_0)}{I_0} \cdot P$$

Onde:

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços;

b) para os reajustes subsequentes;

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado.

P = preço dos serviços/produtos atualizados até o último reajuste efetuado.

SEXTA – CAUÇÃO DE GARANTIA

Para garantia de cumprimento e completo atendimento às presentes disposições, a CONTRATADA prestará caução de garantia, no importe correspondente a **1%** (um por cento) do valor global deste Contrato.

6.1 A garantia do **Contrato** deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

a) em dinheiro (moeda corrente);

b) em fiança bancária, apresentada obrigatoriamente na via original, contendo: subscrição de 2 (duas) testemunhas, firmas reconhecidas em Cartório de Notas de todos os signatários (inclusive das testemunhas) – **exceto aquelas apresentadas em forma eletrônica por certificação digital, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001** –; renúncia expressa, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10/01/2002); e prazo de validade (duração) idêntico ou superior ao do Contrato;

c) em seguro-garantia, apresentado obrigatoriamente na via original da respectiva apólice, **juntamente com o comprovante de pagamento do respectivo prêmio;**

d) em Títulos da Dívida Pública da União, devendo ser apresentada carta de custódia bancária à ordem da CODESP.

OBS.: 1) Nas hipóteses das alíneas “b” e “d”, acima, os representantes do estabelecimento bancário terão de apresentar cópia autenticada da **Procuração**, habilitando-os a assinarem o referido documento.

2) O não atendimento das solicitações acima em sua totalidade, implicará na desclassificação da licitante.

6.2 A garantia deverá ser entregue nos locais abaixo determinados, que emitirão os respectivos recibos:

1) na modalidade estabelecida na alínea “a”:

entregar na Supervisão de Tesouraria e Contas a Receber (SETEC) da CODESP, localizada na Praça Cândido Gafrée, s/nº (ao lado do Portão/Gate nº 7), no Edifício “Engº José Armando Pereira”, bairro do Paquetá, Santos/SP, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 hs; e

2) nas modalidades estabelecidas nas alíneas “b”, “c” e “d”: No Protocolo Geral da CODESP, localizado no andar térreo do prédio ao lado do Edifício-Sede da Presidência da CODESP, na Av. Conselheiro Rodrigues Alves s/nº, andar térreo (entrada pelo Portão nº 23), bairro do Macuco, Santos/SP.

Parágrafo Único

O montante caucionado só será devolvido à CONTRATADA após o término do prazo de vigência contratual, sem responsabilidade da CODESP, por qualquer compensação pela mora de devolução, deduzindo-se, dele, eventuais créditos em favor da mesma CODESP.

SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

A fiscalização pela CODESP do comprimento às presentes disposições contratuais ficará a cargo da **Gerência de Patrimônio e Serviços - GEPAS**, doravante denominado simplesmente Fiscalização, que terá amplos poderes para inspecionar e acompanhar o fornecimento dos materiais/serviços, sem prévio aviso, bem como solicitar laudos ou certificados que comprovem a boa qualidade dos materiais/serviços.

Parágrafo Primeiro

A Fiscalização poderá solicitar a readequação ou substituição de quaisquer serviços e/ou produtos que não atendam rigorosamente às especificações exigidas no Edital, e demais requisitos previstos para tal fornecimento, sendo que, qualquer falha importará na notificação da Contratada para que regularize a situação, sob pena de, não o fazendo, ser declarada inidônea, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Segundo

Todas as instruções, reclamações e quaisquer entendimentos entre a Fiscalização e a Contratada serão feitos por escrito, nas devidas ocasiões, não se tomando em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou reclamações verbais.

Parágrafo Terceiro

Das decisões da Fiscalização caberá recurso, sem efeito suspensivo, ao Gestor deste Contrato, que o receberá da mesma Fiscalização, devidamente informado, desde que apresentado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação.

OITAVA - RESPONSABILIDADES

O fato de haver fiscalização exercida pela CODESP sobre a prestação de serviços e elaboração de relatórios, objetos deste instrumento contratual, não significa que fique retirada, nem mesmo reduzida, a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pela perfeita execução dos mesmos, dentro do regime legal brasileiro, obrigando-se a Contratada a corrigir o que tenha feito em desacordo com o estabelecido neste instrumento, bem como a indenizar por faltas, erros ou prejuízos que causar a CODESP e/ou terceiros.

Parágrafo Primeiro

A Contratada deverá executar todo o fornecimento previsto obedecendo, além das técnicas e práticas mais recomendáveis, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, aplicáveis ao caso.

Parágrafo Segundo

Constitui, ainda, obrigação da Contratada — intransferível à CODESP, nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/93 —, atender a todos os encargos decorrentes da legislação fiscal, social, comercial, previdenciária e trabalhista.

Parágrafo Terceiro

Obriga-se a Contratada a observar, durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Presencial acima citado.

NONA - PENALIDADES

Na vigência deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em Lei, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) multa de 0,5% (meio por cento) do valor global da contratação, por dia de atraso na entrega dos materiais nas dependências da CODESP, e/ou, na conclusão dos serviços solicitados, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado e aceito pela CODESP;
- b) multa de até 2% (dois por cento) do valor global do Contrato, pela infração ou não atendimento de quaisquer outros dispositivos ou exigências contratuais;
- c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CODESP, por prazo de até 02 (dois) anos, pela inexecução total ou parcial do Contrato, além de citação no SICAF/COMPTRASNET.

- d) As penalidades previstas nas alíneas a, b e c, poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que tomar ciência.
- e) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- f) Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado a Adjudicatária o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro

As multas serão aplicadas pelo Gestor deste Contrato, juntamente com a sua chefia imediata, e deverão ser depositadas na Tesouraria da CODESP, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da correspondente notificação.

Parágrafo Segundo

De qualquer multa imposta a contratada poderá, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data do recolhimento correspondente, apresentar recurso ao Diretor-Presidente da CODESP.

Parágrafo Terceiro

A devolução das quantias recolhidas a título de multa, em caso de provimento do recurso será efetuada sem responsabilidade da CODESP por juros, correção monetária ou acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo Quarto

As penalidades aqui estabelecidas não excluem outras previstas em lei, nem a responsabilidade da contratada por perdas e danos que causar à CODESP e/ou a terceiros, em consequência de inadimplemento contratual.

DÉCIMA - RESCISÃO

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido de pleno direito pela CODESP, a qualquer tempo, independentemente de ação, notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos e/ou na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas em lei:

- a) se execução dos serviços a que este se refere forem transferidos a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da CODESP;
- b) se a Contratada falir ou for liquidada judicial ou extrajudicialmente;
- c) se a Contratada, tendo sido multada, deixar de recolher o montante da multa, de conformidade com o determinado na Cláusula Oitava deste Contrato;
- d) se a Contratada impedir ou dificultar a ação da Fiscalização, e
- e) se a Contratada deixar de cumprir quaisquer das cláusulas, condições ou exigências estabelecidas do presente Contrato e do Edital e seus apensos.

Parágrafo Primeiro

Fica facultado à CODESP, em não optando pela rescisão, o direito de suspender a execução do Contrato e sustar o pagamento de faturas pendentes, até que a Contratada cumpra, integral e satisfatoriamente, a condição contratual infringida.

Parágrafo Segundo

Não havendo culpa da Contratada e se a CODESP julgar necessário rescindir o presente instrumento contratual, serão pagos os fornecimentos porventura executados e aceitos, bem como restituída a caução, se houver, com o que a Contratada, reconhecendo os direitos da CODESP, concorda expressamente.

DÉCIMA PRIMEIRA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura pelas partes.

DÉCIMA SEGUNDA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente Contrato serão resolvidos pela CODESP, tendo por base a Lei nº 8.666/93, respeitadas, no que couberem, suas alterações.

DÉCIMA TERCEIRA - FORO

O Foro competente para ajuizar qualquer questão oriunda deste instrumento contratual é o de Santos, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DÉCIMA QUARTA - GESTÃO DO CONTRATO

A gestão administrativa do presente contrato ficará a cargo da Superintendência de Administração – SUADM, através de sua Gerência de Patrimônio e Serviços - GEPAS da CODESP.

DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários à presente contratação estão previstos no Programa de Dispendios Globais – PDG da CODESP.

E por estarem de acordo, CODESP e Contratada assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Santos, 22 de agosto de 2016.



José Alex Botelho de Oliva
Diretor-Presidente

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO – CODESP



Dimas Nogueira Santana
Sócio

AUTO POSTO DILA LTDA

TESTEMUNHAS:

1

Nome:
RG:


Mario Lucio Pereira de Silva
Técnico de Serviços Portuarios
RG 14 749 622-6

2

Nome:
RG:


Carlos Vieira de França
RG 13 884 314-4

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP - Avenida Conselheiro Rodrigues Alves s/nº - Bairro do Macuco – Santos - SP
CEP 11015-900 - Tel.: (13) 3202-6565

Site: <http://www.portodesantos.com.br> – Página 10 de 10
PREGÃO PRESENCIAL 03/2016 - Processo nº41654/15-42